

**Notícias Sindicais / Notas Sindicais**

Victor DeGenaro y Marta Maffey obtienen 90 por ciento de los votos - La elección interna de Central de Trabajadores Argentinos (CTA) confirmó que los fundadores de la confederación alternativa mantienen, por amplia mayoría, el consenso de los afiliados. Sobre un padrón de 875.139 trabajadores, más de 350 mil votaron en todo el país: le dieron el triunfo a la lista número 1 "Germán Abdala", que postulaba como secretario general a Victor De Genaro y como adjunta a Marta Maffei, por un porcentaje mayor al 90 por ciento. (Pagina 12, 15/08/2003)

*Votaron mas de 350 mil
afiliados en las elecciones
nacionales de la CTA.*

Centrais querem entrar nas negociações trabalhistas- As centrais sindicais vão defender o direito de negociar o contrato coletivo dos trabalhadores diretamente com os empregadores. Pelas regras atuais, a negociação do contrato de trabalho é conduzida pelos sindicatos de cada categoria profissional, que por sua vez são ligados à federações, confederações e, numa esfera maior, à uma central sindical.

O poder de negociar os contratos de trabalho foi discutido durante reunião realizada hoje entre as centrais sindicais. Segundo o secretário-geral da CGT, Canindé Pegado, as centrais não querem ocupar o espaço dos sindicatos, federações e confederações. "Queremos abrir espaço para negociar o contrato coletivo nacional."

O contrato coletivo nacional seria composto por cláusulas de interesse comum, como a jornada de trabalho. Temas específicos, como reajustes salariais e melhorias das condições de trabalho seriam negociados pelos sindicatos de classe.

O direito das centrais negociarem o contrato coletivo nacional será levado para discussão amanhã no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) - que reúne representantes dos empresários, trabalhadores, governo e Judiciário. (Folha Online, 20/08/03)

La CGT y MTA hablan de reunificación- Las cúpulas de las dos centrales obreras - Rodolfo Daer y Hugo Moyano, acompañados por Andrés Rodríguez (UPCN), Oscar Lescano (Luz y Fuerza), Juan Manuel Palacios (UTA), Omar Viviani (taxistas), entre otros - se reunieron para explorar la posibilidad de unificarse. La posible reunificación de las dos CGT podría ser a fines de año (cuando termine el mandato de Daer como secretario general) y será discutida en la próxima reunión del Comité Central Confederal, que tendrá lugar en unos meses.

En el encuentro, además, se habló del rumbo de la gestión del gobierno nacional, con el que varios dirigentes sindicales mantienen unas cuantas diferencias. Por ejemplo, el colectivo Juan Manuel Palacios se quejó por el trato que reciben los piqueteros, que son recibidos en la Rosada en forma cotidiana. "Este gobierno tiene actitudes sectarias, está más con los piqueteros que con las centrales sindicales", fue uno de los cuestionamientos que se escucharon en la reunión. También hubo quejas por la línea directa que tiene el Gobierno con la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), que está desarrollando una campaña en favor de la democracia sindical. (Pagina 12, 20/08/03)

**Sindicato Mercosul****Mercosur**<http://www.sindicatomercosul.com.br>

Leia notícias sindicais atualizadas diariamente

Promoção – Fundação Friedrich Ebert**Apoio – Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul****Edição - CESI**



Trabalho / Trabajo

Paraguay - Según la Encuesta Permanente de Hogares EPH 2002, el 10,8% de la mano de obra del país, unas 272.752 personas, se encontraba en situación de desempleo abierto, tras el 7,6% evidenciado en 2000/2001. Es uno de los principales resultados de la EPH/2002, documento que fue lanzado ayer por la Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos en su stand de la Expo 2003.

Uno de los indicadores más importantes relacionados con el mercado de trabajo es la "tasa de desempleo abierto" porque muestra la proporción de la fuerza de trabajo que no tiene empleo, pero que desea tenerlo y ha hecho alguna gestión para obtenerlo. El nuevo documento contiene datos tales como clasificación de la población, empleo, hogar, educación, salud, capital social. (ABC Collor, 19/07/03)

ACTIVIDAD, EMPLEO Y DESEMPLEO			
Año/Trimestre	Tasa de desempleo	Tasa de empleo	Tasa de actividad
Total País Urbano			
2000	13,6	51,6	59,6
2001	15,3	51,4	60,6
2002	17,0	49,1	59,1
mar02-may02	15,6	50,6	59,9
feb03-abr03	18,9	47,2	58,2
mar03-may03	18,3	47,3	57,9
Miles de personas			
mar02-may02	197	1.064	1.261
feb03-abr03	233	1.002	1.235
mar03-may03	225	1.005	1.229
Montevideo (tasas)			
mar02-may02	15,5	52,4	62,0
feb03-abr03	19,5	48,2	59,6
mar03-may03	18,6	48,6	59,7
Interior Urbano (tasas)			
mar02-may02	15,8	48,6	57,7
feb03-abr03	18,2	46,2	56,5
mar03-may03	17,9	45,9	55,9

Uruguay - La tasa de desempleo bajó en el trimestre móvil marzo-mayo, al ubicarse en 18,3% de la Población Económicamente Activa (PEA) del país urbano, mientras que en el trimestre móvil anterior se había ubicado en 18,9%.

Según surge de la Encuesta Continua de Hogares difundida ayer por el Instituto Nacional de Estadística, la baja comentada se debió a la menor cantidad de uruguayos buscando trabajo, ya que el número de empleos en la economía se mantuvo prácticamente estagnado. El ingreso promedio de los hogares se ubicó en \$ 12.542, permaneciendo en los mismos niveles que el trimestre móvil anterior en términos de poder de compra.

De hecho, se produjo un pequeño incremento como se observa en el cuadro, en los sectores de la construcción, la enseñanza y los servicios sociales.

En sentido contrario, presentaron descensos relevantes los sectores de comercio, hoteles y restaurantes; transporte, almacenamiento y comunicaciones; administración pública; y servicio doméstico.

Para finalizar, debe recordarse que la problemática del desempleo no es la única que afecta al mercado laboral. A ella deben agregarse otras como el subempleo, y la informalidad o precariedad en el empleo, que se refieren a dificultades como trabajos a tiempo parcial, por cuenta propia (no profesionales), trabajo familiar no remunerado, falta de cobertura en la seguridad social e inestabilidad en el puesto de trabajo. (El País 04/07/03)



Seção Brasileira do FCES e Ministro Celso Amorim programam seminário - No dia 20 de agosto, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim recebeu em Brasil alguns representantes do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul – FCES, para debater as prioridades do governo em relação ao bloco e as propostas que o FCES vem desenvolvendo.

A Seção Brasileira do FCES estava representada pela CUT e CGT e pela CNI e CNC e o Ministro estava acompanhado do Embaixador Felipe Macedo Soares, o Subsecretário das Américas (encarregado do Mercosul, ALADI, ALCA e negociações UE e Mercosul) e mais alguns assessores. O documento Objetivo 2006, apresentado pelo governo brasileiro na reunião de Presidentes em junho passado em Assunção, foi um dos principais temas tratados, mas também se conversou muito sobre o papel do FCES, como organismo de representação da sociedade civil e as contribuições que pode dar ao processo de integração. Os dirigentes do FCES entregaram ao Ministro uma cópia das *Recomendações* que aprovou ao longo dos seus 7 anos de vida e relatou também as atividades que desenvolveu nas regiões de fronteira, onde com as demais seções do FCES, promoveu encontros com as entidades econômicas e sociais locais.

As entidades informaram ainda que estão desenvolvendo algumas iniciativas visando a melhoria da integração, bem como alternativas de cooperação. Entre as atividades mencionadas a Seção Brasileira do FCES está programando um encontro com a Seção Paraguay do Foro, provavelmente em outubro e possivelmente em Curitiba, para que se debata possibilidades de aumento da cooperação com o Paraguay nas áreas já existentes e abertura de outras vias.

A integração produtiva - Outro tema abordado é a articulação que a CUT está realizando com o Sindicato dos Trabalhadores de pneus do Uruguay, para ajudar a transformar a antiga empresa FUNSA, que quebrou há alguns meses, em uma cooperativa gerida pelos seus empregados. Os trabalhadores e trabalhadoras da FUNSA ocuparam a empresa, mas necessitam de encomendas para garantir seu funcionamento. Por outro lado o governo uruguayo importa há algum tempo pneus remodelados – o que revela a enorme insensatez de deixar fechar uma fábrica em favor de interesses de importadores.

Os sindicatos de trabalhadores do setor e as empresas produtoras sempre se manifestaram contra a hipótese dos pneus remodelados poderem ser comercializados no interior do Mercosul, mas perderam a disputa. Há cerca de dois anos o governo uruguayo obteve ganho de causa na disputa com o Brasil (via Protocolo de Brasília) para poder exportar para esse país pneus remodelados. A viabilização da medida só ocorreu em março passado quando o governo Lula decidiu que deveria implementar a decisão arbitral (no ano passado o governo Cardoso não havia cumprido).

A CUT e o sindicato dos trabalhadores de FUNSA (agora cooperativa) defendem que essa medida pode ser revista pelas partes e conjuntamente com o Sindicato dos Borracheiros de SP (todos integram a FUTNAL (Federación Única de los Trabajadores de Neumáticos de América Latina) estão buscando contactos com empresas como Pirelli, Goodyear, Firestone, para debater a possibilidade dessas empresas, ou alguma delas, possa contratar ou terceirizar trabalho e produção para ser realizado pela cooperativa uruguaya. O tema foi abordado na reunião com Amorim e a CNI, que também integra o FCES, se comprometeu a ajudar nos contatos.

Ao final o Ministro propôs que no mês de setembro se realizasse um seminário em Brasília envolvendo a seção brasileira do FCES e os departamentos do MRE envolvidos na negociação com o Mercosul, para debater por principais temas da agenda do Mercosul e o documento Objetivo 2006. (*Correio Sindical Mercosul*)

A estratégia de integração sul-americana do governo Lula – Operativamente a estratégia está assentada em dois pilares: Darc Antônio da Luz Costa, vice-presidente do BNDES - o banco de fomento se transformou em uma espécie de vanguarda ideológica e financeira do projeto- e o o chanceler Celso Amorim, o outro braço ideológico-operacional do projeto, que tem dito que o objetivo é alcançar "uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera, não só por solidariedade, mas também por interesse, porque o bem-estar e o progresso de nossos vizinhos fomentam nosso próprio bem-estar e progresso".

Na descrição de Darc Costa o projeto funciona assim: 1) "A idéia da regionalização é mais forte que a da globalização, como o demonstram os fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos"; 2) "Criaram-se, nos últimos 20 anos, três pólos, o da América do Norte, o europeu e o complexo asiático. O Brasil ficou de fora, mas tem massa crítica para uma polarização em torno dele"; e 3) "O processo passa necessariamente por uma aliança Brasil/ Argentina/Venezuela. Se houver tal aliança, o resto vem por gravidade". Demonstrado o teorema, o BNDES está pondo dinheiro nele. Há US\$ 1 bilhão para financiar a exportação de produtos brasileiros à Venezuela, país que faz só 6% do seu comércio com o Brasil. A expectativa é que aumente para 30% ou 40% com a integração sonhada.

Outro US\$ 1 bilhão está reservado para reativar os CCRs (Convênios de Crédito Recíproco) com a Argentina. Trata-se de mecanismo pelo qual os dois países trocam mercadorias usando suas próprias moedas, até fazer o acerto após três meses, aí sim utilizando moeda forte (no caso, o dólar).

Darc Costa, do BNDES, quer romper a lógica da atração fatal que os Estados Unidos exercem sobre a América do Sul (e a América Latina em geral), usando argumentos que tentam desmanchar a baixa auto-estima dos latino-americanos. "A América do Sul é auto-suficiente em praticamente tudo. De alimentos a petróleo, passando pelo carvão, que tem mas não usa."

A retomada do projeto ALCSA - No fundo, o projeto brasileiro de integração sul-americana é o relançamento de uma idéia que o chanceler Celso Amorim apresentou na sua primeira passagem pela Chancelaria, durante o governo Itamar Franco: criar a Alcsa (Área de Livre Comércio Sul-Americana), como uma espécie de contraponto à ALCA. O governo nega qualquer contraposição. Mas é indisfarçável a sensação de que tentativa de criar um pólo sul-americano ou é um contraponto à Alca ou, no mínimo, uma forma de tornar mais forte a voz do Sul na negociação com os EUA. Funciona?

Na área empresarial, a resposta é claramente não. Sandra Rios, especialista em comércio internacional da CNI (Confederação Nacional da Indústria), não vê "comunhão de interesses abrangente" entre países andinos e o Brasil/Mercosul.

Cita o caso da Colômbia, que tem agenda bem diferente da brasileira em matéria de serviços e investimentos, por exemplo, dois dos itens que compõem a pauta de negociações da ALCA.

Roberto Teixeira da Costa conta que, em reunião promovida pelo CEAL (Conselho de Empresários da América Latina), a ministra colombiana da Defesa, Marta Lucía Ramírez, foi muito clara ao dizer que o destino colombiano "está mais que nunca ligado aos EUA". Conclusão de Teixeira da Costa: "Entre olhar para o Norte ou para o Sul, esses países todos vão olhar para o Norte, na expectativa de obter melhores resultados".

Para Gary Clyde Hufbauer, do IIE (Instituto para a Economia Internacional, em Washington), a integração sul-americana só fortaleceria a posição do Sul nas negociações com os EUA se "os países sul-americanos falassem com uma só voz, como o faz a União Européia em negociações comerciais globais. Acho que há um longo caminho para chegar a isso". (Folha de São Paulo, 24/08/03)

Brasil quer consolidar Mercosul até 2006 - O Brasil anunciou à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai que se dispõe a aprovar decisões que nunca concordou em discutir antes, como a adoção de uma política comum de incentivos, que sujeitaria ao debate com os parceiros os programas de apoio à indústria brasileira; em troca, quer o compromisso dos vizinhos com a eliminação das barreiras e um esforço para pôr em prática o programa chamado **Objetivo 2006**, sugerido pelo Brasil em junho, com medidas para aprofundar a integração comercial e política no Mercosul, criar regras comuns em áreas como defesa da concorrência e defesa do consumidor, eliminar em três anos os obstáculos à livre circulação de mercadorias e acabar com medidas anti-dumping entre os países do bloco. A política comum de incentivos, que afetaria a ação do BNDES e programas como o Pro-álcool também está entre os temas do Objetivo 2006. ([leia o texto completo no arquivo anexo](#))

Na reunião de junho o apresentou uma lista de medidas para tratamento diferenciado, como a criação de tarifas entre os parceiros do Mercosul para proteger as economias menores, extensão de prazos para cobrança de tarifas diferenciadas por esses países e para os regimes de zona franca, e criação de linhas de financiamento para investimento nos mercados paraguaio e uruguaio. O Uruguai preparou uma extensa lista de medidas já aprovadas e não postas em prática pelo Mercosul e queixou-se que até hoje o Brasil não aprovou no Congresso o Tribunal de Revisão (Protocolo de Olivos) criado no início do ano para resolver as disputas entre os parceiros. Com a lista, apresentou também propostas como a de criação de uma "cesta básica" de produtos que teriam circulação livre, sem entraves na alfândega, entre os quatro países. A cesta incluiria mercadorias como arroz, carne, laticínios e açúcar.

A Argentina propôs a criação do Instituto Monetário, para viabilizar a coordenação entre as políticas dos quatro países (idéia já aprovada em reunião de cúpula do Mercosul do ano passado) em matéria de juros, câmbio e meios de pagamento. Os bancos centrais do bloco, a pedido da Argentina, decidiram fazer reuniões trimestrais para discutir o tema da coordenação macroeconômica e os presidentes do bloco decidiram, também, promover uma reunião de especialistas do Mercosul, do Chile e da Bolívia, para debater o tema.

Por enquanto o único consenso entre os quatro presidentes é sobre a necessidade de "gerar um novo ímpeto negociador" no Mercosul, segundo o comunicado conjunto divulgado no fim do encontro que se realizou dia 15 em Assunção na posse do novo presidente paraguaio.

"Se nos últimos anos o Mercosul estava em um contrafluxo, agora todos os parceiros explicitam suas posições específicas nos níveis políticos mais elevados. Como os interesses são contraditórios, o Mercosul está em um jogo de xadrez complicado", resumiu um experiente diplomata. Nesse jogo, há de se levar em conta dois dados. Um deles, a manifestação dos quatro parceiros em favor da negociação em conjunto de acordos comerciais, em especial a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O outro, a intenção de se beneficiar da anunciada ambição de liderança regional do governo brasileiro, que, em contrapartida, se comprometeu a ser generoso com os sócios menores. *"A geografia é mãe de todas as coisas. Mas, no mundo globalizado, no qual o bem mais valorizado é o conhecimento, não podemos ficar isolados",* declarou o presidente uruguaio, Jorge Batlle, veterano entre seus colegas, que tomaram posse neste ano. *"É hora de o Mercosul ouvir a voz da experiência",* completou ele, que preside o bloco neste semestre e quer maior flexibilização das regras.

O único apoio claro que o Brasil recebeu, durante a reunião de Assunção, para sua proposta de aprofundamento do Mercosul e para sua ambição de liderar a região surgiu do professor da Universidade de Harvard, Jeffrey Sachs, que fez uma palestra durante o encontro ampliado, com os presidentes da Comunidade Andina de Nações (CAN). Sachs enfatizou vários dos tópicos do Objetivo 2006, especialmente os que dizem respeito ao projeto de integração de infra-estrutura da América do Sul e defendeu a criação de uma "frente unida" dos países da reunião para enfrentar as negociações comerciais - algo que, em certa medida, acontece no Mercosul. Para o economista, seria benéfico para o mundo a existência de "contrapesos de poder" para evitar ações unilaterais, em particular das grandes potências. (Valor Econômico e Estado de São Paulo, 18/08/03)

Duhalde ocupará cargo no Mercosul - Em Assunção, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Didier Opperti, realizou um intenso trabalho de bastidores para contornar uma proposta apresentada informalmente por Kirchner, de criar no Mercosul o cargo de secretário-geral, a ser ocupado pelo ex-presidente argentino Eduardo Duhalde.

Para evitar a politização da secretaria, o presidente uruguaio, Jorge Battle, sugeriu que se desse a Duhalde o cargo de secretário-geral do programa de integração de infra-estrutura no continente (IIRSA). Battle frustrou-se, porém, com a inesperada intervenção do presidente Lula, que sugeriu dar a Duhalde um cargo de representante diplomático do Mercosul. "É bom ter uma figura assim, para representar o Mercosul político, mas ficamos de discutir as duas necessidades", comentou Amorim, ao relatar o encontro. (*Valor Econômico*, 19/08/03)

Parlamento do Mercosul - O Uruguai continua a se opor à criação do Parlamento do Mercosul. "Acho até bobagem, porque o Uruguai seria beneficiado. Montevideu pode se transformar numa Bruxelas, pelo menos nossa intenção é essa", disse a este jornal o assessor especial do presidente Lula para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Ele informou que o governo brasileiro tem uma disposição firme de reforçar os aspectos institucionais do bloco, principalmente a participação parlamentar. Falando ainda sobre a importância de Montevideu como capital institucional do Mercosul, Garcia disse que o Brasil e a Argentina, em um gesto simbólico, transformaram seus embaixadores na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com sede na capital uruguaia, em embaixadores também do Mercosul. (*Gazeta Mercantil*, 19/08/03)

Chile y Uruguay al tope del desarrollo democrático - El Índice de Desarrollo Democrático Latinoamericano (IDD-Lat) fue duro con los grandes de Latinoamérica. México fue el mejor ubicado en el quinto lugar, Brasil fue sexto, y Argentina quedó en el lugar número once del ranking. Chile ocupó el puesto de vanguardia, escoltado por Uruguay, entre los 17 países latinoamericanos sondeados.

Uruguay, el país que menos varió su ranking en comparación con el del año pasado, se destacó en el "*Respeto de los Derechos Políticos y Libertades Civiles*", en su "*Capacidad para generar políticas que aseguren Bienestar*" y en la "*Capacidad para generar políticas que aseguren Eficiencia Económica*", liderando la región en las tres dimensiones, cada una de ellas compuesta de diferentes variables.

En Argentina, la crisis institucional se reflejó claramente en los valores obtenidos. Se espera que la actuación del nuevo gobierno del presidente Kirchner, devuelva la confianza en las instituciones y baje la percepción de corrupción, las dos grandes deficiencias que reportó Argentina en el estudio. (IDD- Lat 2003 - Fundación Konrad Adenauer – www.Polilat.com - *El País* 20/08/03)

Si habrá libre comercio entre el Perú y Mercosur - El ministro de Relaciones Exteriores del Perú, Allan Wagner, y sus pares de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay tuvieron el sábado una sesión maratónica que acabó unas 20 horas después, cerca de las 6 a.m. de ayer domingo, pero el esfuerzo valió la pena, ya que se logró superar las diferencias que habían detenido las negociaciones para dar paso al Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica Mercosur-Perú.

El documento conjunto trata sobre un gran acuerdo marco para la liberalización comercial general, y tiene diez anexos relacionados con temas normativos (condiciones sanitarias y fitosanitarias, origen, subsidio, cláusulas de salvaguardia, entre otras). Adicionalmente hay cuatro anexos referidos a cada uno de los miembros de Mercosur con los cuales el Perú negoció un listado de liberación comercial, dependiendo del tamaño del país.

El documento tiene siete objetivos y alcances, entre los que figura establecer el marco jurídico e institucional de cooperación e integración económica y física que contribuya a la creación de un espacio eco-nómico ampliado, el mismo que facilitará la libre circulación de bienes y servicios y la plena utilización de los factores productivos en condiciones de competencia entre los países implicados. Pero el punto más importante es la formación de un área de libre comercio entre el Perú y los cuatro países integrantes de Mercosur, mediante la expansión y diversificación del intercambio comercial y la eliminación de las restricciones arancelarias y de las no arancelarias que afectan el intercambio recíproco de bienes y servicios. Esta área

CAN y Mercosur tras una agenda social

- El director General de Integración del Ministerio de Relaciones Exteriores de Ecuador, Carlos Abad, afirmó que durante las negociaciones comerciales entre la Comunidad Andina (CAN) y el Mercosur que se llevó a cabo en Montevideo, la semana pasada, se han sentado las bases para impulsar una agenda social común.

Precisó que los cinco países de la CAN (Bolivia, Colombia, Perú, Venezuela y Ecuador) y los cuatro que forman el Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), no sólo abordaron el tema de la integración económica y de la apertura de nuevas fronteras comerciales, sino que se propuso una agenda política y se tiene en la mira una agenda social, como punto vital para crear un espacio sudamericano. (*El Telégrafo Ecuador*, 13/08/03)

se irá formando progresivamente y, al final, los productos ingresarán a los mercados brasileños, argentinos, paraguayos y uruguayos con arancel cero. Primero serán los manufactureros.

Cabe anotar que este viene a ser el primer paso de integración comercial entre los grandes bloques de Mercosur y la Comunidad Andina de Naciones (CAN), proceso que empezó hace cinco años con escasos resultados, por lo que se optó para que cada país hiciera sus negociaciones individualmente. Esto abrió el camino para que el Perú iniciara, en noviembre del año pasado, cinco rondas de conversaciones que se empantanaron por condiciones que no eran aceptadas. Por ejemplo, Perú no quería incluir demandas de Uruguay y Paraguay en el tema de salvaguardas agropecuarias, y también existía la negativa para aceptar el ingreso de productos de zonas francas, en especial desde Manaus. Al final, en el acuerdo hay una cláusula que indica que el tema de las zonas francas se verá más adelante, en tanto que las salvaguardas y los productos por comercializarse serán vistos bilateralmente. (*El Comercio/Peru*, 25/08/03)



Declaração dos Presidentes do Mercosul, Bolívia e Chile sobre Agricultura na OMC - Os Chefes de Estado, reunidos por ocasião da posse do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, manifestaram sua preocupação pela falta de progresso nas negociações às vésperas da reunião Ministerial da OMC em Cancun. Nesse contexto, ressaltaram o caráter central da agricultura para o êxito da Rodada. Avanços na negociação agrícola, preservando o nível de ambição fixado na Declaração Ministerial de Doha, contribuirão para atingir os objetivos de desenvolvimento da Rodada e para viabilizar progressos em outras áreas de negociação.

Ao tomarem conhecimento das últimas iniciativas trazidas a Genebra pelos dois principais parceiros comerciais, no âmbito das negociações agrícolas, avaliaram que tais iniciativas não constituem, contudo, base suficiente para fazer progredir as negociações nem para a obtenção de um acordo satisfatório na Ministerial de Cancun, o qual necessariamente deve refletir os interesses de todos os participantes. Nesse sentido, estão instruindo seus representantes a seguir explorando alternativas que levem a resultados transparentes, equilibrados e substantivos nos três pilares em negociação (apoio doméstico, subsídios à exportação e acesso a mercados) (www.pt.org.br/internacional - Pagina Internacional do PT - 20/08/2003)

Brasil e Índia costuram aliança na OMC -Brasil e Índia acertam uma aliança na Organização Mundial do Comércio (OMC) para tentar garantir o fim dos subsídios dos países ricos ao setor agrícola. Os dois governos estão negociando o texto de uma proposta que prevê um amplo corte do apoio às exportações e uma fórmula flexível de acesso ao mercados. China, Quênia e outros países africanos podem aderir ao acordo nos próximos dias.

Na semana passada, Washington e proposta de acordo agrícola para tentar na OMC, a poucas semanas da reunião Cancún. O texto, porém, não agradou aos que, liderados pelo Brasil, iniciaram

Enquanto o novo bloco era formado pelo País, quem se inquietava era a delegação dos Estados Unidos. Ontem, alguns dos principais diplomatas da Casa Branca buscavam constantemente informações sobre como será a proposta brasileira.

Bruxelas apresentaram uma desbloquear as negociações ministerial da organização, em países em desenvolvimento consultas sobre uma possível

alternativa. No caso da proposta brasileira, o texto incluiria pelo menos três pontos: acesso a mercados, subsídios à exportação e apoio doméstico. Nos dois itens relacionados ao financiamento dos agricultores europeus e americanos, o texto pretende propor um profundo corte. Já no que se refere ao acesso a mercados, o objetivo do novo texto é encontrar um equilíbrio entre as preocupações da Índia, importadora de alimentos, e do Brasil, um dos mais competitivos exportadores do mundo.

Além dos dois países, os chineses estão sendo consultados para que também se unam ao grupo. Quênia, Egito e outros países em desenvolvimento também estão sendo procurados pela delegação brasileira em Genebra. Mas, por enquanto, os únicos países que indicam questão ao lado do Brasil e da Índia são os demais membros do Mercosul. (*Estado de São Paulo*, 19/08/03)



Notas

Para Ricupero, negociação da ALCA pode ser oportunidade ou ameaça - O encaminhamento das negociações brasileiras é que determinará se a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representará oportunidade ou ameaça para o Brasil, afirmou o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Rubens Ricupero, durante o 3º Fórum de Integração, encontro promovido pela Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais da Assembléia Legislativa e a Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul).

Para Ricupero, a posição brasileira negociada na Alca pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está adequada e o país não pode esquecer de oferecer produtos e serviços em condições de disputarem espaço no mercado externo. Para o secretário-geral da UNCTAD, a oferta da indústria brasileira "é fraca e precisa incorporar tecnologia". Como exemplo a ser copiado, citou as exportações de aviões da Embraer. "O Brasil exporta porque é competitivo e não precisa de nenhum benefício nesse segmento", enfatizou. "Como estamos num acordo ambicioso, quem não é competitivo vai desaparecer", afirmou.

Ricupero entende que as ações dos Estados Unidos estão enfraquecendo a ALCA. "Quando acusam o Brasil de querer uma *ALCA light*, esquecem de dizer que quem sugeriu isso foram os americanos, porque fizeram quatro propostas diferentes no continente", assinalou. A mais favorável, conforme o secretário-geral, foi encaminhada para o Caribe e a pior, para o Mercosul. Além disso considera imprescindível o Mercosul atuar unido em negociações internacionais, tanto com a ALCA quanto com a União Européia, porque as barreiras e os obstáculos são muito grandes e se "cada país procurar seu benefício, isso vai deixar tudo mais difícil." (*Federasul – Global 21 - 19/08/03*)

El motor de la integración regional - El Mercosur se presenta hoy como el proyecto estratégico más importante que los argentinos y los sudamericanos tenemos entre manos.

El reciente viaje a Brasil del presidente Kirchner y las definiciones que surgieron de su entrevista con el mandatario de ese país Luis Inácio Lula da Silva, así como también la XXIV reunión del Consejo del Mercado Común que tuvo por escenario la ciudad de Asunción, pusieron de manifiesto una fuerte voluntad política para profundizar la integración regional. El Mercosur es hoy, sin duda alguna, el proyecto estratégico más importante que los argentinos, en particular, y los sudamericanos, en general, tenemos entre manos.

Desde la inspiración inicial de quienes fueron sus promotores, los ex presidentes José Sarney y Raúl Alfonsín, el Mercosur se proyectó como un mercado común que debía sustentarse en instituciones que expresaran la unidad política de sus actores. Diversas circunstancias que no es del caso analizar en esta nota muestran que dicho proceso atravesó etapas de avance, retroceso y estancamiento, situación que, en pos del bienestar de nuestros pueblos, debe ser rápidamente superada.

En el agasajo a la delegación argentina que días atrás visitó Brasil, el presidente Lula sostuvo: "Más allá del respeto que me merecen empresarios y diplomáticos, quiero decirles que si no le metemos política al Mercosur, no vamos a avanzar". En otras palabras: no habrá integración plena sin decisión política y sin su correlato institucional.

Para ello el cambio cultural es esencial ya que el paso trascendental de todo proceso de integración, como lo estudiaron los especialistas, está dado cuando los dirigentes políticos adhieren a valores nuevos que permiten crear las instituciones integradoras.

La integración, y en esto Europa es el ejemplo, exige la creación de una nueva voluntad política que anime una nueva comunidad, que no puede ser el fruto exclusivo de una simple agregación de intereses económicos. Frente a tamaño desafío, los países miembros del Mercosur deben alistarse para dar un salto cualitativo y prepararse para superar los dilemas funcionales y sustantivos de un proyecto que resulta vital para la supervivencia regional y que, en ese sentido, hasta ahora se ha venido mostrando deficitario.

Superar este déficit implica un cambio en la naturaleza institucional. El esquema de integración tendrá que dejar de ser intergubernamental para transformarse paulatinamente en supranacional. Esto creará las condiciones para dotar al sistema de mayor pragmatismo, funcionalidad y control. Sin embargo, esto sólo será posible en la medida en que esa institucionalidad converja sobre una definición común acerca del significado del interés regional.

Si bien el carácter intergubernamental de la estructura del Mercosur ha logrado significativas mejoras en materia comercial y geopolítica, no existen garantías de continuidad y previsibilidad en el sistema de integración porque éste depende excesivamente de las decisiones políticas nacionales y de algunos actores no gubernamentales, a los que si bien debe

reconocerseles un peso relativo, no siempre se encuentran motivados por los intereses superiores de la comunidad regional.

Esta situación ha venido demorando los avances políticos y jurídicos. Así, se hace patente la necesidad de conformar, entonces, una institucionalidad de base democrática y carácter estable.

Hoy por hoy, existen dificultades operativas elementales al momento de pensar en el Mercosur como "una" institución. Esto se manifiesta en que carece de una representación institucional de naturaleza permanente ante terceros estados, organismos internacionales o bloques regionales. No existen funcionarios que más allá de las necesidades particulares de los países miembros piensen, representen y negocien en favor de los intereses comunitarios en su conjunto.

La politóloga Ana María Mustapic diferencia dos tipos principales de integración en función del grado de transferencia de competencias que los estados nacionales están dispuestos ceder los órganos que conducen los sistemas regionales. Por un lado, las organizaciones estrictamente intergubernamentales donde no hay transferencia de competencias y, en el otro, las estructuras con énfasis en lo supranacional donde sí se opera dicha transferencia.

En el primer caso, las decisiones se toman por unanimidad o consenso, mientras que en el segundo se adoptan por la regla de la mayoría, con carácter obligatorio para todos sus miembros. Ejemplo del primer modelo ha venido siendo el Mercosur hasta el presente y del segundo, la Unión Europea.

Resolver de modo definitivo el contenido de la integración es un paso ineludible para recién después promover la creación de instituciones tales como un parlamento comunitario u órganos judiciales comunes. El paso de un modelo a otro se da en la medida que los países miembros están dispuestos a delegar funciones y facultades.

Esta delegación genera una estructura de autoridad específica que, a su vez, posibilita la diferenciación entre las funciones legislativas y ejecutivas (tal el caso de la Unión Europea). En el Mercosur, estas atribuciones están concentradas en el denominado Consejo Mercado Común que integran los cancilleres de los Estados miembros y que es un organismo del más alto nivel pero carente de operatividad cotidiana, lo que abona sus defectos funcionales.

Una de las mayores virtudes del esquema supranacional, precisamente, radica en su capacidad de generar un derecho comunitario a través del ejercicio legislativo del Parlamento regional y un control de esa normativa a través de un Tribunal de Justicia. En síntesis, el Mercosur precisa una institucionalidad y una burocracia comunitaria para lo cual los países miembros deberán dar un primer paso contemplando partidas específicas con ese destino en sus presupuestos nacionales.

No hay más tiempo que perder porque mientras tanto el ritmo lo fijan otros y el drenaje de ganancias y el costo de oportunidad lo sienten nuestros pueblos al ver devaluada su calidad de vida.

La crisis del modelo neoliberal resulta a esta altura no sólo un reto sino una oportunidad para redefinir las bases de la economía y la política de la región. Para esto debemos acumular poder de negociación y enfrentar conjuntamente los desafíos de la actual estructura de la competencia internacional, lo que sólo será posible si el Mercosur deja de ser un eufemismo y pasa a ser una realidad. Esto no ocurrirá sin instituciones supranacionales. Por lo tanto proponemos, la creación de:

- La Comisión Ejecutiva Permanente del Mercosur, que tendrá la representación política y jurídica del espacio regional de acuerdo a las instrucciones que le imparta el Consejo del Mercado Común. Este órgano estará integrado por un miembro titular y uno alterno por país designados por los respectivos gobiernos. Sus funciones serán análogas a las que cumplen los comisarios de la Unión Europea. (Esta iniciativa tiene estado parlamentario a través de un proyecto presentado en diciembre del año 2000 por el vicepresidente de la Comisión de Relaciones Exteriores, Marcelo Stubrin)
- El Parlamento Comunitario, cuyas competencias estarán determinadas por las delegaciones legislativas que los Estados miembros deben concretar a través de una reforma del Tratado de Asunción y un nuevo Protocolo.
- El Instituto Monetario del Mercosur que, tal como ya lo adelantó el Gobierno argentino, compatibilice las políticas macroeconómicas en sus aspectos monetarios, financieros y cambiarios en dirección a una moneda única.
- Un Tribunal de Justicia de aplicación y control de las normas del Mercosur, cuyos fallos serán de cumplimiento obligatorio para los países miembros, previa adaptación y articulación de sus respectivas normas constitucionales y jurídicas.

La magnitud del desafío da a entender que no será un camino fácil ni corto pero debe ser transitado con la convicción de que es la única salida frente a una globalización que hasta aquí resultó para todos y cada uno de los países de América del Sur, excluyente y discriminatoria. Estos objetivos no se alcanzarán con frases grandilocuentes ni reacciones espas-

módicas sino, por el contrario, con el trabajo cotidiano, pero por sobre todas las cosas con voluntad y calidad política. (Opini3n : Leopoldo Moreau el diputado nacional (UCR) presidente de la Comisi3n del Mercosur - Clar3n/Argentina, 03/07/03)

Reta final para Cancun -Na semana passada, o rolo compressor comeu3ou a mexer-se na Organiza33o Mundial de Com3rcio (OMC). Uni3o Europ3ia (UE) e Estados Unidos (EUA) divulgaram uma proposta conjunta de caracter3sticas essencialmente defensivas no tema agr3cola. Em artigo anterior (Um momento crucial para a agricultura brasileira, 22/7, A2), eu discuti o impasse que se estava novamente formando no tema agr3cola. Nas sete primeiras rodadas do Acordo Geral de Tarifas e Com3rcio que ocorreram desde o p3s-guerra, a agricultura foi literalmente esquecida, ficando 3 margem das redu33es tarif3rias e disciplinas multilaterais que regulam o com3rcio internacional. Apenas na oitava rodada 3 que foi assinado um primeiro acordo para o setor, que trouxe avan3os p3fios em tr3s 3reas: acesso a mercados, apoio interno e subs3dios 3 exporta33o. A tarifa m3dia consolidada da agricultura na OMC 3 de 62%, 12 vezes maior que a vigente na ind3stria manufatureira (5%). Al3m das tarifas, cotas de importa33o, escaladas tarif3rias, salvaguardas especiais e barreiras n3o-tarif3rias afetam o desempenho de pelo menos metade das exporta33es agr3colas brasileiras, em produtos como a3u3car, 3lcool, fumo, suco de laranja, caf3 sol3vel, derivados de cacau e carnes bovina, de aves e su3na. O apoio interno afeta a soja, o a3u3car, a carne bovina, o algod3o e o milho. Os subs3dios 3 exporta33o afetam a3u3car, l3cteos e carnes.

A proposta conjunta UE-EUA 3 um documento conservador, completamente vazio em termos de metas num3ricas nas tr3s 3reas da negocia33o e cheio de armadilhas que podem acabar com as nossas ambi33es de expans3o de exporta33es. O texto indica, no entanto, que a UE estaria disposta a aceitar cortes nos seus subs3dios dom3sticos em n3veis superiores aos dos EUA, o que traduz uma atitude defensiva dos EUA no sentido de preservar as bases da sua Lei Agr3cola protecionista aprovada em 2002. A contrapartida seria a aceita33o pelos EUA de uma f3rmula de corte mista de tarifas, que prop3e a fixa33o de tr3s "cestas" de bens: uma em que os produtos teriam tarifa zero, outra em que haveria cortes profundos at3 uma tarifa m3xima a ser definida e outra na qual os cortes seriam 3nfimos (pela proposta da UE, o corte m3nimo n3o deveria superar rid3culos 15%), acompanhados da preserva33o de sistemas de salvaguardas e cotas de importa33o. N3o temos a menor d3vida de que, se essa f3rmula de cortes tarif3rios desiguais for aprovada, os produtos de maior interesse exportador do Brasil fatalmente cair3o na terceira cesta, o que reduziria a p3 as ambi33es de acesso a mercados de pelo menos 50% da nossa pauta agr3cola exportadora.

N3o bastassem essas restri33es, UE e EUA querem preservar parte dos subs3dios 3 exporta33o, o instrumento mais ign3bil de prote33o, e ainda criar mecanismos de "exce33o" para os pa3ses em desenvolvimento que fixariam privil3gios ad eternum para esquemas preferenciais de com3rcio, novas salvaguardas especiais, menores redu33es tarif3rias e prazos dilatados que podem bloquear o nosso acesso a esses mercados. E, para fechar o mapa do inferno, os nossos mui queridos "parceiros comerciais" do Atl3ntico Norte querem introduzir uma cl3usula que estabeleceria formalmente uma esp3cie de "gradua33o" do mundo em desenvolvimento, com disciplinas mais r3gidas para os pa3ses "exportadores l3quidos de alimentos" (leia-se: Brasil e seus parceiros do Mercosul). Ou seja, toda sorte de privil3gios para os pobres-pobres e disciplinas r3gidas em acesso para os menos pobres, que um dia ousaram acreditar no princ3pio das vantagens comparativas e hoje tentam exportar alimentos. Uma verdadeira piada que mau gosto, que reflete a espada que paira sobre a nossa cabe3a, em que os mais ricos se unem aos mais pobres contra os mais competitivos.

O novo cen3rio criado pelo documento conjunto dos elefantes indica que a 5.^a Ministerial da OMC, que vai ocorrer em Cancun no in3cio de setembro, ser3 muito mais dif3cil do que pens3vamos e que a grama vai sofrer consider3veis pis3es dos probosc3deos. O fato que mais preocupa 3 os EUA terem baixado t3o rapidamente as suas pretens3es liberais manifestadas no in3cio da rodada, com Zoellick se tornando ref3m dos interesses protecionistas que hoje imperam como nunca nas colinas de Washington. O documento conjunto UE-EUA mostra a pot3ncia americana incapaz de reformar um modelo de pol3tica agr3cola que j3 caducou, e que acabar3 atirando por terra a fant3stica revolu33o tecnol3gica que transformou o oeste americano e o mundo, mas que por sucessivos equ3vocos de interven33o governamental pode transformar os EUA numa agricultura de segunda linha. Um setor cada vez mais dependente de interven33es concentradoras de renda que encarecem o pre3o da terra e que injetam doses maci3as de 3cio em produtores anestesiados pelo guarda-chuva protetor da pol3tica p3blica.

Pelo menos dois fatos importantes, contudo, podem trazer algum consolo para a agricultura brasileira. O primeiro 3 que nunca a sociedade brasileira esteve t3o preocupada e organizada ante a dura batalha pelo estabelecimento de regras mais justas para um setor que ficou at3 aqui 3 margem das disciplinas globais.

Os ministros Roberto Rodrigues, Celso Amorim e Luiz Furlan criaram mecanismos in3ditos de coordena33o de esfor3os do governo, setor privado e pesquisa, que resultaram num intenso trabalho de an3lise de todas as vari3veis que est3o em jogo na 3rea. Sob o comando do embaixadores Clodoaldo Hugueney e Seixas Corr3a e do secret3rio Ivan Wedekin, mais

de uma dezena de pessoas têm trabalhado com enorme afínco e dedicação na análise das tarifas, cotas tarifárias e salvaguardas que atingem os principais produtos exportados pelo Brasil, no infame arco-íris das "caixas" de políticas de apoio interno e no estudo minucioso dos mecanismos de apoio às exportações que mais afetam os nossos interesses. Nunca o setor privado esteve tão próximo da frente de negociação e, pela primeira vez, se realiza um esforço quantitativo de pesquisas para apontar cenários e alternativas concretas em cada um dos três pilares da negociação agrícola.

O nosso consolo mais importante, porém, é saber que, apesar dos conchavos aéuticos que se passam em Genebra, a agricultura brasileira vai continuar trilhando o seu caminho de prosperidade por meio de intensos ganhos de produtividade. Sorriso, Sapezal, São Gabriel do Oeste, Rio Verde, Balsas, Barreiras, Mossoró, Petrolina, Alto Taquari, Ribeirão Preto, Cascavel, Chapecó, Não-Me-Toque e centenas de outras localidades vão continuar avançando na sua revolução de eficiência em prol das finanças do Estado e do interesse dos consumidores, mostrando um Brasil grande, saudável e competitivo. (*Opinião - Marcos Sawaya Jank - professor- associado da FEA-USP e presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – Icone- Estado de São Paulo, 19/08/03*)

Mercosur, una gran oportunidad de negocios que se inicia en Itaipú - En 1999, Paraguay exportó productos por valor de US\$ 746.192.000, de los cuales Brasil absorbió US\$ 236.314.000, lo cual representa el 32%. Sin embargo, nuestro país compró, en el mismo período, por valor de US\$ 1.698.742.000, de los cuales US\$ 480.518.000 provinieron del Brasil, es decir, el 28%. En otras palabras: estamos comprando al Brasil por valor de 480.518.000, mientras que solamente le vendemos por valor de 236.314.000.

Esto representaba en la época, un déficit en nuestra balanza comercial de US\$ 244.204.000, es decir, 50%, sólo con el Brasil. A diciembre de 2002, los datos oficiales demostraban que las exportaciones totales paraguayas sólo llegaban a US\$ 903,2 millones, mientras que las importaciones a 1.407,4 millones; es decir, un déficit de 504,2 millones de US\$.

Estas cifras oficiales no revelan el comercio informal que debe duplicar, como mínimo, el déficit comercial. Es también una demostración de cómo funciona el comercio regional. Con la Argentina debe ocurrir lo mismo. Ambos son países industrializados y grandes productores de alimentos y maquinarias.

Siempre sostuve que la integración, además de las ventajas económicas que acarrea, es un mecanismo válido para buscar una estabilidad regional.

Antiguamente esto se lograba con matrimonios-alianzas entre príncipes de las naciones en riesgo de beligerancia. Hasta Napoleón hizo casamientos y uniones político-amorosas cuando las circunstancias lo requirieron. Como diría, "era una necesidad de Estado". Evidentemente, en repúblicas democráticas eso no tiene mucho sentido; lo que sí tiene sentido, es la necesidad de una equidad y equilibrio regional.

En artículos anteriores había expuesto la urgencia de que Paraguay transite hacia una electrificación del país. Ella es necesaria, posible, rentable y conveniente a los intereses nacionales. En otra oportunidad propuse una "ecuación de equidad" con el Brasil, donde las variables macroeconómicas determinarían el equilibrio. Luego, he hablado sobre la descentralización, una alternativa válida para buscar la prosperidad de la periferia.

Ultimamente he opinado sobre la devastación del área de embalse de Itaipu, pero enfocando como una oportunidad de generar empleos mediante la reforestación, agroindustrias, y la maquila. En esta oportunidad me referiré a la necesidad de que el MERCOSUR pase del estado diplomático, altamente retórico, a un estado de ejecución plena.

Itaipú siempre será la niña bonita del Brasil, al final, de ahí sale casi el 30% de su consumo energético. Para el Paraguay, en cambio, significará durante toda la vida útil de la represa, la mejor oportunidad de negocios.

Ella está localizada en una de las cuencas más ricas en términos agrícolas, y con grandes chances de generar desarrollo. La cercanía a centros de consumo como Asunción, Encarnación, Curitiba, CDE y Foz, lo deja en condiciones inmejorables para los inversionistas que quieran establecer sus capitales en la zona. ¿Qué nos falta?: Idoneidad, honestidad y coraje.

Hablaré, por tanto, de una dependencia estratégica de la Itaipú, a seguir.

La mal llamada Dirección de Coordinación, una de las seis Direcciones, podría, gracias a un nuevo Anexo A, cambiar de nombre y pasar a denominarse "Dirección de Medio Ambiente y Desarrollo". De esta famosa Dirección han emergido los famosos "barones"; en ella se han facturado las famosas obras fantasmas; en ella se han descubierto las más grandes aberraciones administrativas ventiladas hasta por una auditoría binacional, cuyos resultados ha llevado al Dr. Zayas, a exponer ante la justicia ordinaria a más de algunos, y permitido la exclusión de una veintena de gerentes, inclusive directores. Esta Dirección podría liderar la elaboración y ejecución de varios planes de desarrollo. Esto requiere de técnicos capaces, con solvencia moral, idoneidad en las artes del desarrollo, y sin ataduras con la corrupción.

La Dirección de Coordinación fue la más prostituida en los 30 años del Tratado y, por consiguiente, la que aún clama por limpieza y renovación de hombres. Cargamos el enorme peso histórico de haber engendrado a la casta más nociva del Paraguay. Estos ocuparon, durante varias décadas, altos cargos gerenciales y Direcciones, amparados por sus padrinos que llegaron inclusive a la primera magistratura del país.

Sus frutos son fáciles de observar. El área de embalse, su región de operación por naturaleza, goza de una depredación galopante por la deforestación y mal manejo de sus cuencas. Sus arroyos están envenenados, el monocultivo de la soja ocupa los cuatro puntos cardinales, acabó la biodiversidad, y la zona está casi totalmente invadida por "brasiguayos" que han desplazado a los agricultores paraguayos. Nos olvidamos de hablarle a nuestros campesinos de educación ambiental, agroecología, reforestación y manejo racional de cuencas. Hemos gastado millones de dólares sin mitigar la pobreza de campesinos paraguayos, formar cooperativas de productores, atendido a indígenas y, siquiera haber disminuido la erosión que colmata el propio lago, depositaria de la materia prima de la hidroeléctrica.

Para deshacernos de los hombres escombros que, lastimosamente en Itaipú aún sobreviven, necesitamos de coraje, así como lo está demostrando el propio Presidente. La "patria contratista", como lo definiera recientemente Nicanor, aún goza de buena salud y posee tentáculos demasiado largos, fuertes e invisibles. No los subestimemos, los baroncitos aún frecuentan los pasillos de Directores esperando contratos millonarios.

Para empeorar, con los innumerables problemas sociales de la zona, con una inmoralidad navegando hasta en la Iglesia, y una impunidad galopante en los crímenes económicos, los trabajadores desocupados y las masas pauperizadas siguen a cualquier supuesto líder sindical, político o religioso, aunque sea Hitler, Menguele, Lucrecia Borgia o el Payaso Plin Plin, que luego le incitan a huelgas irracionales, a vandalismo y populismo, agravando la pobreza, la marginalidad y el desánimo. Nadie es tonto para invertir en un negocio de alto riesgo, por más que me den energía barata y cinco años de gracia. Salvo los contrabandistas, los tahúres y las prostitutas, nadie arriesga demasiado su patrimonio económico. Un hombre o una empresa seria, que piensa trabajar honestamente o hacer inversiones para tener una renta razonable de su capital, no puede venir acá mientras tenga dos cucos grandes: la inseguridad de su propiedad privada y la arbitrariedad de nuestra legislación. Estos le pueden escupir en su sopa.

Otro elemento fundamental en esta cuestión de la integración económica y, en particular, en el desarrollo de nuestro país, es el interés bancario aplicado por los Bancos y supuestas "Financieras", que lo único que hicieron históricamente fue financiar nuestra pobreza, llevando al colapso a nuestro sistema bancario y a muchos ahorristas que confiaron en la fábula de la riqueza rápida. Antes regía el 1% de interés mensual como tasa máxima para los préstamos, ahora se declaró libre, o mejor dicho, libertino.

Cada día hay centenares de ejecuciones judiciales sobre cobro de capitales, dejando económica y moralmente maltrecho a los pocos valientes productores.

Estas cuestiones psicosociales se tuvo que estudiar a fondo en estos Congresos negligentes, que con aproximadamente 200 legisladores haraganes se pasaron discutiendo cinco años a costa del pueblo, con sueldos elevados, prerrogativas de reyes, consumo de obesos y cerebro de chorlito.

Con la venida de 9 presidentes, vicepresidentes, príncipes y 90 delegaciones internacionales en la toma de mando del Presidente; con los cambios profundos en Aduanas, IPS; con las designaciones de Ministros probos y honestos, y los últimos discursos del Presidente, hemos recibido un espaldarazo político que no podemos desperdiciar. O aprovechamos la oportunidad para insertarnos en la comunidad libre, moderna y democrática del mundo, o nos ponemos a llorar a nuestras abuelas. *(Opinión/Luis María Fleitas Vega es Ingeniero agrónomo, ex-docente UNA, UNE. Especialista en Desarrollo.) (ABC Color/Paraguay, 25/08/03)*

Apoio

CLC, CAW, USWA-CA, CISL, CGIL, CCOO, CFTD, CGT, Solidarity Center-AFLCIO